

## O CURSO DE INGRESSO E VITALICIAMENTO DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS

Melissa Maciel Taveira<sup>1</sup>

Esta pesquisa situa-se no campo teórico dos Estudos Culturais em Educação e tem como objetivo principal investigar como se investe na produção de uma identidade de Promotor(a) de Justiça, recém-empossado(a), a partir do Curso de Ingresso e Vitaliciamento no Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM). A base empírica da pesquisa, além do currículo, deu-se a partir da análise de documentos que orientam a implementação deste modelo de curso de preparação, sendo estudados com os seguintes objetivos: a) analisar a estrutura da Proposição n.º 1.00461/2019-18 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que regulamenta o Curso de Ingresso e Vitaliciamento no que diz respeito à estrutura curricular mínima (Artigo 6º), entrelaçando com outros documentos do CNMP, como a Recomendação n.º 52/2017 e a Recomendação de Maceió - Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN n.º 01/2018; b) examinar a estrutura curricular do Curso de Ingresso e vitaliciamento do MPAM, atentando para as ênfases temáticas nele ressaltadas; c) identificar e discutir representações identitárias de Promotor(a) de Justiça destacadas na proposta curricular; d) identificar quais atitudes são configuradas como desejáveis para este sujeito que irá assumir as funções de Promotor(a) de Justiça nas proposições do Curso de Vitaliciamento do MPAM, atentando para como essas definem o curso e “pensam” que esse sujeito deva ser, tornar-se e atuar. Ao término das análises, percebeu-se um esforço por parte dos órgãos reguladores do curso em ampliar a metodologia para que se vá além do ensino tecnicista da academia e que o Ministério Público (MP) cumpra sua função institucional. Por isso a importância de se estabelecer as diretrizes dos cursos de formação, promovendo a integração dos vitaliciandos, estimulando ações éticas e humanistas. Identificou-se um tema bastante recorrente, que é a atuação do MP para a preservação da ordem jurídica e da democracia, alcançando de forma eficaz a sociedade. O Ministério Público Resolutivo e a preocupação com as questões sociais também são reiterados, sendo vislumbrado diante das constantes transformações que ocorreram na humanidade e que tais mudanças alcançaram a forma de governar, administrar e desempenhar as atividades típicas de Estado para a consecução final da plena efetividade dos direitos fundamentais. Outra questão ressaltada foi a importância da imersão na cultura da região e na vivência, para que o Membro consiga promover a justiça para a qual se propôs.

**Palavras-Chave:** Estudos Culturais; Identidade; Representação; Currículo; Vitaliciamento.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil - Canoas/RS. Especialista em Gestão Escolar, pela Universidade Federal do Amazonas e Coordenação Pedagógica, pela Universidade do Estado do Amazonas. Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (2000). Servidora Pública há 27 anos.